

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.043 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2000

FUNDO DE COMBATE À POBREZA RECEBE TRÊS EMENDAS DE PLENÁRIO

A proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate à Pobreza já recebeu três emendas de Plenário, apresentadas pelos senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Carlos Patrocínio.

PÁGINA 4



Durante a votação da emenda que institui a DRU, os líderes governistas disseram que ela terá grande importância na garantia de estabilidade para a moeda nacional

Governo terá autonomia para usar 20% da receita de impostos

Por 59 votos a 13, o Senado aprovou, em primeiro turno, a emenda constitucional que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ela garante ao Executivo liberdade para movimentar um quinto da arrecadação tributária federal

COMISSÕES



CCJ

NORMAS PARA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO SETOR PÚBLICO

PÁGINAS 2 E 5

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá apreciar hoje o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal

CAS

AUDIÊNCIA DEBATERÁ DESTINO DE RECURSOS PARA A SAÚDE

PÁGINA 5

A Comissão de Assuntos Sociais também discutirá a nova estrutura da Agência Nacional de Saúde e as próteses de silicone



O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ela desvincula de qualquer despesa previamente atribuída 20% da arrecadação tributária federal.

A decisão, tomada por ampla maioria, foi defendida pelos senadores da base governista. Eles ressaltaram que caberá ao Congresso Nacional definir, através do Orçamento, a destinação final dos recursos. A oposição criticou a medida, por entender que ela reduzirá os investimentos na área social.

PÁGINA 3

Infra-Estrutura volta a analisar vazamento de óleo no Rio

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura decide hoje, às 9h30, sobre a criação de uma subcomissão destinada a aprofundar as investigações acerca das causas e conseqüências do desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Presidida pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), a comissão começou a analisar o assunto ouvindo o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, que prestou esclarecimentos no último dia 2 sobre o acidente.

Também participaram daquela audiência, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn; o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado Carlos Minc; o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro, André Correia; e o diretor-geral do Greenpeace no Brasil, Roberto Kishinami.

Dirigentes de clubes depõem na comissão de bingos

Dirigentes de clubes especializados na formação de atletas olímpicos participam hoje, às 10h, de audiência pública na comissão mista constituída para analisar a medida provisória que altera a Lei Pelé e cria a taxa para funcionamento de bingos. Os representantes dos clubes Paulistano, Pinheiros e Minas Tênis devem falar sobre a participação das casas de bingo no financiamento da atividade esportiva. A Lei Pelé permitiu que entidades desportivas arrecadassem recursos com este tipo de jogo.

A MP analisada pela comissão também proíbe a administração de dois clubes esportivos por uma única empresa. Sobre os dois assuntos já falaram perante os parlamentares o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, o ex-secretário de Esportes do governo Collor, Zico, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, e o presidente do Clube dos Treze, entidade que reúne os principais clubes de futebol do país, Fábio Koff.

CCJ deve votar hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal

Assunto seria discutido pelos senadores ontem à tarde, mas votações em Plenário até as 19h30 forçaram o adiamento da reunião da comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar hoje, a partir das 10h, o relatório apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre o projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal. O assunto seria examinado na tarde de ontem, após a Ordem do Dia, mas a reunião foi adiada pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), por causa das votações do Plenário do Senado, que se estenderam até as 19h30.

O projeto estabelece, em 75 artigos, diversas normas que devem ser seguidas por prefeitos, governadores e o presidente da República, impedindo que eles gastem mais dinheiro do que arrecadam. Quem descumprir as determinações poderá ser responsabilizado com base no Código Penal e numa lei que ainda se encontra em discussão na Câmara e prevê até mesmo a perda do mandato.

O senador Álvaro Dias já anunciou que não pretende apresentar



José Agripino decidiu adiar a reunião inicialmente marcada para após a Ordem do Dia de ontem

ou aceitar emendas ao projeto, evitando assim, que ele volte ao exame dos deputados. Depois da votação na CCJ, a matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será relatada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que também já manifestou disposição de não alterar o seu conteúdo.

Além de exigir que os prefeitos, governadores e o presidente estabeleçam e cumpram rigorosamente metas fiscais, o projeto obriga as administrações a trabalharem com

superávit primário (exclui os gastos com juros de dívidas). Eles serão proibidos de conceder aumentos de salários nos últimos seis meses do mandato e não poderão tomar empréstimos a título de antecipação de receitas orçamentárias nos anos eleitorais.

O senador Álvaro Dias considera o projeto "uma espécie de cartilha da boa prática administrativa pública", com proteção para o bom administrador e "um alerta permanente aos maus gestores do dinheiro público".

ACM diz que é contra abono para magistrados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem ser contrário à concessão de um abono aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e, por efeito cascata, aos juizes federais, que ameaçam entrar em greve na segunda-feira. O abono seria concedido por meio de medida provisória, e vigoraria até o estabelecimento do teto salarial dos três Poderes.

O senador, que fez a declaração à saída da sessão plenária, acrescentou, no entanto, que o assunto é "um problema do governo".

Antonio Carlos comentou também a saída do economista Andrea Calabi da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-



Antonio Carlos também comentou a demissão de Andrea Calabi do BNDES: "O ministro tem o direito de escolher sua equipe"

mico e Social (BNDES). "Sou amigo do Calabi, que sempre tratou a Bahia muito bem", disse Antonio Carlos, destacando que "o ministro Tápias (Alcides Tápias, da Indústria, Comércio e Desenvolvimento) tem o direito de escolher sua equipe".

A respeito do economista e ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, indicado para o cargo de presidente do BNDES, o senador Antonio Carlos disse: "É um homem experiente, e espero que se saia bem".

Brasil 500



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h30 — Recebe presidente do Uruguai, Julio María Sanguinetti. *Salão Nobre do Senado*

11h — Preside sessão deliberativa ordinária

12h — Participa de reunião com senadores. *Sala de autoridades*

15h — Participa da cerimônia de lançamento do Programa Prioritário de Termoelectricidade 2000-2003. *Palácio do Planalto*

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a "PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; "PDL nº 59/99, renova a concessão em onda média do Sistema de Radiodifusão Araxá (MG); "PDL nº 101/99, renova a concessão da Rádio Jornal de São Miguel do Iguazu (PR); "PDL nº 102/99, renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição para rádio OM em Palmeira (PR); e "Requerimento nº 23/2000, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PLC nº 27/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "Requerimento nº 04-Cl, propondo a criação da Subcomissão destinada a apurar *in loco* as causas e conseqüências, bem como as providências tomadas sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, na baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. *Ala Alexandre Costa — Sala 13*

10h — Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a "MP nº 2.011-4, altera dispositivos da Lei nº 9.615/98, que institui a Taxa de Autorização de Bingo

Pauta: Audiência pública com o conselheiro do Clube Atlético Paulistano, Alexandre Husny; e os presidentes Arlindo Virgílio Machado Moura, do Sindicato dos Clubes de São Paulo; César Roberto Leão Granieri, do Esporte Clube Pinheiros; Mauzler Paulinetti, da União das Federações Esportivas do Estado de São Paulo (Ufeesp); e Sérgio Bruno Zech Coelho, do Minas Tênis Clube. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Destinada a examinar as Contas do Presidente referente a 1997. *Plenário 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova emenda da DRU em primeiro turno

Instrumento permitirá que 20% de toda a arrecadação em impostos e contribuições da União possam ser usados sem qualquer vinculação orçamentária prévia. Governo garante que estados não serão prejudicados

Depois de quase três horas de discussão, o Senado aprovou em primeiro turno, com 59 votos favoráveis e 13 contrários, a proposta de emenda à Constituição que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Pela proposta, 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União ficam desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída. Ao permitir a realocação de recursos, a DRU substituirá o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que por sua vez ocupou o lugar do Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994.

Falando em nome do seu partido, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) insistiu que o presidente não definirá as áreas em que os recursos serão aplicados, mas submeterá ao Congresso Nacional, via Orçamento, as propostas de destinação do dinheiro. Ele também garantiu que a desvinculação não prejudicará as receitas dos estados, municípios e fundos constitucionais. Machado negou a redução de investimentos em setores sociais.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), além das perdas que o setor social sofrerá, outra preocupação é que pela emenda da DRU, os impostos federais que forem

criados não serão vinculados. Ela falou na possibilidade de, na reforma tributária, ser aprovado o Imposto de Valor Agregado (IVA) como sucessor do ICMS, ISS e IPI e isto acarretar perdas financeiras para estados e municípios.

No encaminhamento da votação, ao anunciar seu voto contrário, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) contestou os defensores da matéria, para quem o presidente não disporia dos 20% dos recursos desvinculados

da maneira que quisesse. Ele considerou tal afirmação uma meia verdade. "O presidente não utilizará o dinheiro ao seu bel-prazer, mas do Fundo Monetário Internacional", disse.

Outro que votou pela rejeição da DRU, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que emenda de sua autoria tentando impedir que fossem retirados R\$ 2 bilhões do dinheiro da CPMF destinado à saúde não tivesse sido votada em Plenário porque alguns senadores retiraram suas assinaturas (*ver matéria nesta página*). Ele afirmou que a saúde no país está em "pandarecos" e que a população está morrendo em frente aos hospitais, que não podem oferecer um atendimento digno por falta de recursos.

Arruda defende a proposta como instrumento transitório

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um instrumento econômico transitório, mas fundamental para manter a estabilidade da moeda enquanto a reforma tributária não é aprovada. Arruda lembrou que o Congresso Nacional ainda não votou o Orçamento Geral da União, que já deveria estar vigorando desde 1º de janeiro.

Em relação à retirada de assinaturas do requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que estendia por mais uma semana a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a DRU, Arruda

explicou que a PEC seguiu toda a tramitação regimental, inclusive as cinco sessões destinadas à discussão da matéria, e que os senadores da base governista assinaram o requerimento "em apoio". O senador disse que pediu aos signatários que registrassem essa condição de "apoio", o que impede a contagem das assinaturas para a tramitação.



Machado: presidente não definirá sozinho



Dutra: dinheiro será usado ao "bel-prazer" do FMI



Plenário aprovou a DRU por 59 votos favoráveis e 13 contrários



Alcântara: objetivo é obter maior flexibilidade na aplicação dos recursos orçamentários

Para Alcântara, não haverá cortes sociais

O relator da emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), explicou que a essência da proposta é obter maior flexibilidade na aplicação dos recursos orçamentários e não reduzir os recursos das áreas de educação, saúde e previdência. "Jamais relataria essa proposta se percebesse manobras para reduzir gastos na área social", afirmou o senador.

Alcântara lembrou que, de acordo com a proposta orçamentária, os recursos da DRU já estão previamente destinados e a área social não tem sofrido redução de investimentos, ao contrário, os recursos só têm aumentado desde o primeiro ano de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador disse ainda que a DRU tem duração de apenas dois anos e concordou que o ideal seria aprovar logo a reforma tributária.

Projeto não foi modificado

A proposta de emenda constitucional (PEC) que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi aprovada sem emendas. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou emenda visando impedir que o governo incluísse no bloqueio de recursos da DRU R\$ 1,9 bilhão destinados à saúde. Embora tenha sido encaminhada à Mesa com 32 assinaturas, no decorrer da sessão perdeu o apoio de nove senadores, restando a proposta com 23 assinaturas, quatro a menos do que o exigido regimentalmente para a sua apreciação.

A argumentação de Valadares é que a saúde tem sofrido demais com o corte de verbas pelo governo, apesar da vigência por três anos (1997 a 1999) da CPMF, criada para financiar os gastos do setor. A destinação de recursos da União para a saúde, que deveria estar na casa dos R\$ 35 bilhões, hoje não passa de R\$ 20 bilhões, segundo os números coletados por Valadares. Entre 1997 e 2000, o percentual para a saúde no Orçamento caiu de 10,13% para 5,56%.

O bloqueio das verbas para a saúde também foi criticado por outros senadores, entre eles Roberto Saturnino (PSB-RJ), que se referiu ao montante que o governo utiliza no cumprimento do serviço da dívida. Heloísa Helena (PT-AL) classificou de "cínicos" os argumentos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares,

que justificou a criação da DRU como um mecanismo para "reduzir a rigidez orçamentária".

A emenda foi classificada por Tião Viana (PT-AC) e Ademir Andrade (PSB-PA) como "uma semente em defesa da saúde". Este lamentou que o Congresso esteja aprovando uma emenda contra si próprio, já que o governo estará contingenciando recursos que os parlamentares destinam a importantes projetos nos estados. Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu apoio a emenda de sua autoria impedindo a retenção na DRU de recursos para a Previdência, o que permitiria o reajuste do salário mínimo.

A retirada das assinaturas, atribuída pelo senador José Eduardo Dutra (PSB-SE) a pressões das lideranças do governo, causou protestos da oposição. O apelo de Dutra recebeu a adesão de Pedro

Simon (PMDB-RS), Lauro Campos (PT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP), o qual lembrou que, no mandato de José Sarney (PMDB-AP) na presidência do Senado, depois da entrega da emenda, os senadores que a assinavam não podiam desistir da co-autoria. O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que os senadores que retiraram suas assinaturas o fizeram porque haviam apenas apoiado a apresentação da emenda, mas não tomavam posição a respeito do mérito.



Valadares: saúde já tem sofrido cortes demais pelo governo



Intenção de Roberto Freire é assegurar a lisura do próximo pleito eleitoral em Palmas

Freire divulga suspeição contra juiz

Com o objetivo de assegurar a lisura do próximo pleito eleitoral, o senador Roberto Freire (PPS-PE) divulgou ontem moção de suspeição pública assinada por dirigentes do PPS, PSB, PT, PDT e PMDB “dando conta de uma triangulação de influência política perigosa, envolvendo a Justiça Eleitoral do estado do Tocantins e o Executivo”.

Cópias da moção e do pronunciamento feito pelo senador serão encaminhadas ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os líderes partidários que assinam o documento afirmam que, desobedecendo resolução do TSE de novembro passado que fixou o critério do rodízio e da antiguidade para a designação dos juizes eleitorais, o TRE do Tocantins reconduziu Sândalo Bueno do Nascimento ao cargo de juiz eleitoral de Palmas.

A designação é suspeita, conforme os signatários, porque o juiz, entre outras razões, “é freqüentador assíduo da casa do governador Siqueira Campos, de quem recebeu apoio aberto e declarado quando de sua campanha para a presidência da Associação dos Magistrados do Tocantins”.

Mulher terá homenagem no dia 15

O Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, será objeto de sessão especial do Congresso convocada para o próximo dia 15, conforme requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) aprovado pelo Plenário.

Por outro requerimento aprovado, de iniciativa de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na sessão do Senado do dia 24 de maio será comemorado o centenário da Fundação Oswaldo Cruz.

Fundo de Combate à Pobreza recebe três emendas de Plenário

Patrocínio propõe que DRU não incida sobre recursos, Simon quer fortalecer iniciativas contra miséria com verbas desvinculadas e Suplicy tenta viabilizar renda mínima

Foram apresentadas até ontem, quarto dia de discussão em Plenário, três emendas modificando a proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Uma, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), propõe que 6% dos recursos do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) ou qualquer outro que venha a substituí-lo – no caso, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), aprovada ontem em primeiro turno pelo Senado –, sejam destinados ao Fundo de Combate à Pobreza. Outra, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), estabelece que

pelo menos 75% dos recursos do fundo deverão ser aplicados em programas de reforço de renda mínima familiar. Finalmente, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) propôs que a DRU não incida sobre o fundo.

Suplicy informou ter recebido o apoio de 71 senadores à sua emenda e assinalou que, em crise econômica semelhante à brasileira, a Coréia do Sul instituiu programa de renda mínima. Simon,



Com emendas de Patrocínio, Suplicy e Simon, proposta volta à CCJ

por sua vez, fez um apelo ao relator da matéria, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), pela aprovação de sua emenda. “Por que não destinar 6% de cerca de 40 bilhões para combater a pobreza?”, questionou. A apresentação das emendas pro-

vocará a volta da PEC à CCJ para elaboração de parecer após o transcurso do quinto e último dia de discussão em plenário, hoje.

RÁDIOS

Por meio de decretos legislativos, o Plenário do Senado aprovou a renovação das concessões de três emissoras de rádio: a Sociedade Rádio Cultura São Vicente, de Santos (SP); a Sociedade Rádio Club Altinópolis (SP); e a Rádio São Joaquim, de São Joaquim da Barra (SP).

Senado aprova pesar pela morte de cientista

Requerimento de moção de pesar pela morte do cientista Carlos Chagas Filho foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. De autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o requerimento recebeu manifestações de vários senadores, que elogiaram as qualidades do grande cientista, homem de letras e humanista do filho de Carlos Chagas, inventor da vacina contra a doença do coração batizada de “mal de Chagas”.

Conforme Antonio Carlos, homenagear Carlos Chagas Filho é “homenagear o Brasil inteiro”, já que ele foi um dos maiores cientistas do Brasil e homem público

que se preocupou até o fim com o destino do país. O presidente do Senado lembrou suas relações de amizade com Chagas, de quem foi aluno e a cuja família também se ligou.

– Ele tinha qualidades excepcionais e mereceu todos os grandes títulos que se poderia conferir a um homem no seu campo de ação – disse Antonio Carlos, lembrando que Chagas Filho, entre outros cargos, exerceu a presidência da Academia Pontifícia de Ciências, nomeado pelo papa Paulo VI.

No encaminhamento do voto de pesar, o senador José Sarney citou outras posições ocupadas

pelo cientista: presidente do Comitê da ONU para a Ciência e Tecnologia, presidente do Instituto Internacional de Pesquisas Avançadas da Ciência e membro da Academia Brasileira de Letras. Amigo de Chagas Filho, Sarney recordou ainda uma virtude a mais no cientista – sua defesa da paz e sua luta contra as armas nucleares.

Chagas Filho foi homenageado também pelos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), que lembrou as características diplomáticas do trabalho do cientista, ao representar o Brasil em órgãos internacionais. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) chamou

atenção para o grande valor moral de Chagas Filho e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para o fato de que Chagas Filho conseguia conciliar a fé com a ciência. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) mencionou a importância que Minas Gerais atribui a Chagas Filho e seu pai.

O Plenário também aprovou moção de pesar pela morte do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados do Brasil, Álvaro Leite Guimarães. Saudado por Roberto Saturnino, Guimarães foi lembrado por Antonio Carlos como “um amigo e um dos maiores advogados do Brasil”.

Lúcio Alcântara condena “indústria de desapropriações”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) condenou a “indústria das desapropriações” que perturba o processo de modernização da estrutura fundiária brasileira, “com indenizações milionárias obtidas por proprietários de terras que não cumprem seu papel social

e procuram inviabilizar a reforma agrária por meio de medidas judiciais”. Esse novo elemento, afirmou, vem se somar à legislação agrária inadequada, à reação dos grandes pro-



Lúcio Alcântara

prietários, aos conflitos, à violência e à grilagem de terras, dificultando a implantação de uma verdadeira reforma agrária no país.

Lúcio Alcântara destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária no combate a essas fraudes na desapropriação de terras, lembrando que recentemente o ministro Raul Jungmann publicou o documento intitulado *O Livro Branco das*

Superindenizações – Como Dar Fim a Essa Indústria, que pode ser encontrado na página do ministério na Internet.

O senador disse que fraudes nas desapropriações de terras obrigaram o governo a cancelar o cadastro de 3.065 latifúndios, equivalentes a 100 milhões de hectares, cujos proprietários são suspeitos de grilagem de terras. Ele observou que essa área seria suficiente para assentar dois milhões de famílias, contribuindo para reduzir a impunidade e a violência no campo e as graves desigualdades sociais do país.

– Não podemos permitir que

essas superindenizações de terras desapropriadas comprometam um importante programa social como a reforma agrária – afirmou.

Lúcio Alcântara defendeu uma reforma pacífica, que contribua para o desenvolvimento do setor rural, combata a pobreza, reduza o desemprego e elimine a exclusão social no meio rural. A reforma agrária, frisou o senador, irá contribuir, também, para a formação de uma sociedade mais democrática, o crescimento do mercado interno, o dinamismo da economia e maiores oportunidades para todos.



Presidida por Osmar Dias, a CAS aprovou requerimentos para audiências

CAS promove audiências sobre saúde e silicone

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, ontem, três requerimentos para realização de audiências públicas. Serão debatidos na comissão a destinação de recursos para a saúde pública, próteses de silicone e a estrutura e funcionamento da Agência Nacional de Saúde (ANS).

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou, no requerimento para a realização do encontro sobre saúde, a presença do presidente da ANS, Januário Montone, e dos diretores João Luís Barroca de Andréa e Maria Estela Gregori. O objetivo da audiência, marcada para a próxima terça-feira, após a Ordem do Dia, é informar os senadores sobre a estrutura e funções da ANS, bem como debater a legislação sobre planos de saúde.

Outro requerimento de Rocha inclui um representante do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Oftalmologia entre os especialistas a serem ouvidos em audiência pública sobre próteses de silicone.

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu a realização de audiência pública para debater a proposta de emenda constitucional que determina a vinculação de recursos para a saúde pública, com objetivo de assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos do setor. Como se trata de uma proposta de emenda à Constituição, a reunião será conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Comissão de Orçamento vota contas do governo de 1997

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional reúne-se hoje, às 10h, para apreciar parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), sobre as contas do governo federal referentes ao ano de 1997.

Além dessa atividade, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reúne-se com os deputados estaduais das regiões Sudeste e Centro-Oeste para discutir as prioridades de aplicação dos recursos previstos no Orçamento de 2000, cuja versão final está sendo elaborada pelo deputado Carlos Melles (PFL-MG).

Na terça-feira, o encontro foi com os deputados estaduais da região Norte e na quarta, com os parlamentares estaduais do Sul e do Nordeste.



Edison Lobão é o relator das contas do governo

O relator Carlos Melles, que na semana passada também conversou com alguns governadores, disse acreditar que após esta sequência de reuniões com deputados será possível uma proposta orçamentária "verdadeiramente realista e democrática".

A base das discussões entre os deputados estaduais e o relator-geral são as 270 emendas apresentadas ao Orçamento. Carlos Melles elogiou o presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho, pela condução dos trabalhos. Ele disse que esta é a primeira vez, em vários anos, que as reuniões não se estendem até a madrugada. "Devemos abrir um precedente e reconduzir o presidente Mestrinho para um novo mandato", sugeriu Melles.

Previdência complementar no setor público terá novas regras

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova projeto que estabelece normas para as relações entre governo e fundos de pensão

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, parecer sobre o projeto de lei complementar que estabelece normas para as relações entre o poder público e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. Além da União, estados, Distrito Federal e municípios, o projeto alcança também suas fundações, autarquias, sociedades de economia mista e concessionárias de serviços.

Já aprovada na Câmara dos Deputados, a matéria será ainda apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de seguir para o Plenário.

Para que se consiga o benefício, são necessários uma carência mínima de 60 contribuições mensais e o fim do vínculo empregatício com o patrocinador.

Também requer a concessão prévia do benefício pelo regime de previdência ao qual o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador.

O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), destacou que o projeto é "moralizador e traz formas extremamente aperfeiçoadas de controle". O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), ressaltou que o se-

nador José Eduardo Dutra (PT-SE) devolveu o projeto, após ter pedido vista, sem fazer qualquer reparação.

Pela proposta, os conselhos Deliberativo e Fiscal serão paritários, com igual representação de participantes e patrocinadores. A fiscalização ficará a cargo do órgão regulador e fiscalizador, a ser criado por outra lei complementar.

Projetos passam por turno suplementar

Também por unanimidade, a CCJ aprovou, em turno suplementar, dois substitutivos do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) a projetos de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). O primeiro determina, como agravante de um crime, o fato de ter sido cometido contra poli-

cial civil ou militar no exercício de sua função. O segundo permite a dispensa de licitação para concessões, permissões ou autorizações de uso de bens públicos requeridas ou outorgadas a entidades religiosas ou filosóficas, sem fins lucrativos e de relevante interesse social.



A CCJ discutiu, também, projeto que dispõe sobre a competitividade no setor de tecnologia da informação

Aprovada criação do Fundo Brasil de Cidadania

A CCJ aprovou ontem, também, parecer favorável a projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania. O fundo será destinado ao financiamento do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) do governo federal.

O relator da matéria, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), apresentou substitutivo à proposta original do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em vez de uma lei nova, como propôs o autor, o relator optou por inserir as novas determinações na legislação que trata do programa, já existente. A matéria será ainda examinada pelas comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, tramitando nesta úl-

tima em caráter terminativo.

Além de dotações específicas no Orçamento da União, o fundo poderá ter, como recursos, 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista; metade dos recursos do Programa Nacional de Desestatização; metade do que for obtido por concessões de serviço público ou obra pública; metade dos recursos obtidos com autorização para pesquisa de lavras minerais, petróleo e gás natural; e metade das receitas obtidas com os imóveis da União.

VISTA

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista coletiva aos integrantes da comissão para estudo do

projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a capacitação e a competitividade do setor de tecnologia da informação, relatado pelo senador José Jorge (PFL-PE). Também houve vista coletiva para o projeto de lei que trata dos direitos e garantias do contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) e relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

A CCJ aprovou ainda parecer rejeitando, por inconstitucionalidade, o projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que pretendia criar o Conselho Nacional de Justiça. O relator da matéria foi o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

■ Leia mais sobre renda mínima na página 8

Conselho de Ética inicia exame de processos

Com a presença de todos os seus integrantes, órgão definiu os relatores das quatro primeiras representações por suposta quebra de decoro parlamentar

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), indicou, em reunião na manhã de ontem, os senadores responsáveis pela relatoria dos quatro primeiros processos sob análise do órgão. Os 15 senadores integrantes do conselho estiveram presentes à reunião e debateram durante três horas o encaminhamento das representações que pedem punição ou perda do mandato de senadores citados por suposta quebra de decoro parlamentar.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) foi escolhida para relatar a representação popular oferecida contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA). O denunciante refere-se a matéria da revista *IstoÉ* em que o senador é citado por suposto desvio de recursos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O mesmo autor da representação anterior, Abílio Teixeira Filho, encaminhou denúncia contra os senadores Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) e Geraldo Lessa (PSDB-AL), também baseada em publicação jornalística, sob a alegação de que os parlamentares teriam utilizado recursos da Fundação Teotonio Vilela para campanhas eleitorais. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi escolhido para relatar o processo.

O vice-presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), irá relatar denúncia formalizada contra o senador Romero Jucá (PSDB-RR) pelo deputado federal licenciado e atual secretário de estado da Agricultura e Abastecimento do governo de Roraima, Salomão Cruz, por suposta prática de crime de improbidade administrativa.

Apesar de haver manifestado sua contrariedade em acatar a incumbência, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) aceitou a indicação de Tebet para relatar a representação dos partidos do Bloco Oposição (PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PL) contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Os partidos pedem que seja apurado se empresas do senador estariam envolvidas nas irregularidades levantadas pela CPI do Judiciário nas obras de construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

O presidente do conselho informou que os relatores vão dispor do prazo regimental de 30 dias (conforme prevê o Regimento Interno do Senado) para apresentação dos pareceres preliminares. Caso os relatórios sejam finalizados em um mesmo período, terão preferência na apreciação aqueles que tenham sido apresentados prioritariamente ao conselho. A próxima reunião dependerá agora do trabalho dos relatores.



Conselho de Ética reuniu-se com a presença de todos os seus integrantes para dar início ao exame de quatro processos

Teotonio e Luiz Estevão negam todas as acusações

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) manifestou por carta interesse em que todos os indícios de possíveis irregularidades administrativas supostamente ocorridas no âmbito da Fundação Teotonio Vilela sejam devidamente apurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Teotonio Vilela Filho é objeto, junto com seu suplente, senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), de um dos processos que o Conselho de Ética começou a analisar.

A representação pública encaminhada contra os dois senadores utiliza-se de matéria jornalística, publicada no jornal *Correio Braziliense* no último dia 20, para pedir investigações sobre a suposta utilização, por parte dos parlamentares, de verbas da Fundação Teotonio Vilela para campanha eleitoral.

Na carta, lida pelo presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Teotonio declarou sua indignação pela forma como as informações foram colocadas na matéria, segundo ele trocando o nome da instituição pelo da sua pessoa e manchando a honra e a memória de seu pai. Disse ainda que não aceitará as acusações feitas de maneira irresponsável ou maldosa.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF),

objeto de representação encaminhada pelos partidos que formam o Bloco Oposição, solicitou a Ramez Tebet isonomia com o tratamento dado ao senador Teotonio.

— Como foi lida a carta do senador Teotonio, eu também tenho alguns pontos a levantar antes mesmo de iniciado o andamento do processo — justificou Estevão, negando todas as acusações que são levantadas contra ele na representação.

Luiz Estevão contestou, entre outros pontos, que tenha apresentado diferentes versões para os fatos investigados. “Na verdade, esses partidos estão se baseando em versões dos veículos de comunicação e não nas minhas reais palavras. Encaminhei 183 cartas retificando essas matérias, das quais, infelizmente, apenas 15% foram publicadas”, explicou o senador.

Ele também rechaçou outras acusações, como a de haver desmentido ligações para o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e de conhecer o empresário Fábio Monteiro de Barros, e ainda negou que tenha feito pressão sobre os funcionários que trabalhavam na CPI do Judiciário.

ACM consulta líderes sobre forma de encaminhamento de denúncias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou reunião dos líderes da Casa para hoje, em seu gabinete, quando serão discutidas algumas decisões tomadas ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ele quer saber se as lideranças concordam que o conselho tenha aberto processos para analisar até denúncias baseadas em notícias veiculadas pela imprensa.

— Acho que deveremos tomar alguma providência com relação a este assunto. São denúncias de pessoas talvez não habilitadas e que são logo aceitas, sem passar sequer pela Mesa. Isto é um perigo para a própria Casa e para o Con-

gresso. Quando os casos vêm da Justiça, evidentemente são casos resolvidos, mas quando vêm por recortes de jornal ou coisa equivalente é inacreditável que não passe por um órgão de triagem — disse Antonio Carlos.

Lembrando a representação apresentada pelo PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PL contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), Antonio Carlos registrou que o próprio presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), só aceitou a denúncia depois que a Mesa a encaminhou. “É um contra-senso chegar ao Conselho de Ética sem que sequer a Mesa tenha protocolado”, completou.

Álvaro Dias lamenta saída de Calabi do BNDES

Defensor de uma estratégia que reorienta as aplicações do BNDES em favor de uma política de geração de empregos, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lamentou ontem a demissão do presidente do banco, Andrea Calabi. Segundo o senador, Calabi teria disposição política para utilizar os financiamentos do BNDES na alavancagem do desenvolvimento do país. Na opinião do senador, estaria havendo uma “queda de braço” dentro do governo federal entre os que defendem a aplicação de recursos do BNDES no Programa Nacional de Desestatização e “aqueles que preferem orientá-los para a geração de empregos no país”.

— Parece-me que a corrente que defende a alternativa da desnacionalização e de empréstimos ao exterior é vitoriosa, neste momento, no governo — afirmou o senador.

A resposta dada pelo BNDES a pedido de informações encaminhado pelo senador confirma, segundo ele, a concessão de empréstimo ao exterior. Na semana passada, Álvaro Dias encaminhou pedido de informações a respeito de financiamento do BNDES à República Dominicana. A assessoria parlamentar do banco confirmou a concessão do empréstimo. O financiamento, explicou o senador, destina-se à construção de um aqueduto, obra sob responsabilidade da Construtora Andrade Gutierrez. — Esse é o tipo de procedimento que imaginamos deva o governo alterar — reiterou.

Álvaro Dias também voltou a condenar a decisão do governo de vender 31,7% das ações da Petrobras e solicitou ao presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), a inclusão na pauta da comissão de projeto de lei sobre o assunto.

No mesmo pronunciamento, o senador homenageou o jornal paranaense *A Gazeta do Povo*, que completa 81 anos de fundação.



Álvaro Dias acredita que está havendo uma “queda de braço” dentro do governo



Ramez Tebet afirmou que o conselho respeitará o direito de defesa

Tebet destaca responsabilidade dos membros do colegiado

Ao presidir a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na manhã de ontem, o senador Ramez Tebet ressaltou a responsabilidade da tarefa dos integrantes do colegiado, que têm a incumbência de analisar denúncias oferecidas contra senadores sob a alegação de quebra de decoro parlamentar.

— Ao contrário do que a opinião pública possa ter sido levada a acreditar, a reunião de hoje não se destina a julgar ninguém, pois este conselho, apesar dos poderes a ele atribuídos, respeita os legítimos direitos da pessoa humana, principalmente o de defesa — declarou Tebet, admitindo que as atribuições do conselho, definidas regimentalmente, são tão amplas que podem até merecer uma revisão.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor-geral da Casa, ofereceu os

serviços do órgão que dirige para a realização de averiguações preliminares das denúncias. Durante o debate que se seguiu na reunião, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Sérgio Machado (PSDB-CE) posicionaram-se favoráveis à sugestão de Tuma.

— Temo por um festival de denúncias, pois qualquer cidadão, inclusive adversários políticos dos parlamentares, pode apresentar diretamente ao conselho denúncias contra um senador, mesmo que infundadas — afirmou Suassuna.

Tebet concordou com a opinião dos senadores, mas explicou que o conselho não poderá adiar seus trabalhos ou delegar à corregedoria os processos sob sua responsabilidade usando esse argumento. “Os senadores saberão agir com isenção e coragem para enfrentar essa grande responsabilidade”, assegurou.

Nabor avalia atividades do período de convocação



A convocação extraordinária do Congresso Nacional foi marcada por um ritmo intenso de atividades, com a apreciação de propostas de emendas à Constituição e de importantes projetos de lei, além do funcionamento de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). A avaliação foi feita pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30.

Nabor Júnior destacou a proposta de emenda constitucional que fixa limites nos orçamentos municipais para os gastos com as



Nabor Júnior ressaltou a aprovação da emenda que limita os gastos com as câmaras de vereadores

câmaras de vereadores. Os limites variam conforme a população de cada município.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Unip: Alimentação das crianças — 2ª parte
6h30 — Debate: A senadora Maria do Carmo e o presidente da Codevasf, Airson Lócio, falam da revitalização do rio São Francisco
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: O senador Nabor Júnior faz um balanço da convocação extraordinária
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola: Direitos Humanos: miséria
9h — Cores do Brasil: Costa do Dendê
9h30 — Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após: Comissão de Constituição e Justiça (gravado)
21h — Jornal do Senado
21h30 — Comissão mista que analisa os bingos (gravado)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Osmar Dias propõe fim de isenção para lojas free shop

Governo abre mão de recursos fiscais que poderiam contribuir para equilíbrio das contas públicas e combate à pobreza, afirma senador

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou ontem projeto revogando a lei que permite a comercialização de produtos com isenção de impostos nas lojas free shop instaladas em vários aeroportos brasileiros. Para ele, ao determinar o fim de uma renúncia fiscal, a proposta con-



Segundo Osmar, país deixou de recolher, em apenas cinco anos, perto de US\$ 1 bilhão

tribui para ampliar as receitas que poderão compor o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Osmar citou cálculos da Secretaria de Política Econômica do Mi-

nistério da Fazenda segundo os quais o país deixou de recolher US\$ 143 milhões em impostos somente em 1993 por conta dos free shops. A renúncia tributária proporcionada pelas lojas do grupo Duty Free Brasif, que detém 16 dos 22 free shops estabelecidos, foi de US\$ 963 milhões no período de 90 a 94, segundo estimativa da Receita Federal. Para o ano 2000, a estimativa é de R\$ 184,3 milhões.

— Todo esse dinheiro poderia

estar contribuindo para o Fundo de Combate à Pobreza. Não há justificativa para, no momento em que se busca equilibrar as contas do Brasil e acabar com os privilégios, manter essa isenção de impostos para as lojas free shop instaladas nos aeroportos — argumentou Osmar Dias.

Outro dado citado pelo senador paranaense foi que no ano de 1993 somente as lojas da Brasif venderam 4,3 milhões de litros de uísque, o equivalente a 12 mil garrafas por dia. Osmar Dias acrescentou que, conforme a Receita Federal e a própria empresa, os números representam nove vezes as vendas de todo o comércio regular de uísque importado.

Revitalização do rio São Francisco é tema de debate na TV Senado



A revitalização do rio São Francisco é o tema do programa Debate, que a TV Senado transmite hoje, à 1 hora, às 6h30 e às 19h30. Os convidados são a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Airson Lócio. Lócio explica que a Codevasf tem um projeto de desenvolvimento para a região, que inclui a transposição das águas do São Francisco. A ser implantado ao longo de 30 anos, o projeto prioriza atividades econômicas que gerem mais empregos e que dependam menos das condições ambientais, como a piscicultura, em vez da pesca. Ele cita como exemplo a piscicultura no semi-árido nordestino, que pode gerar duas safras e meia de produção de peixes, enquanto o Sul só tem uma safra. A senadora Maria do Carmo esclarece que o projeto de transposição das águas do São Francisco ainda está em fase de estudo de viabilidade técnica e econômica. Ela afirmou que “existe a vontade da população e a necessidade da transposição”, mas só a conclusão dos estudos, em julho, dará uma visão melhor de como esse projeto deve ser implantado.

Cândido pede reintegração imediata dos “mata-mosquitos”

A demissão sumária dos funcionários da Fundação Nacional de Saúde (FNS) que atuavam no combate às endemias, conhecidos como mata-mosquitos, provocou ontem protestos por parte do senador Geraldo Cândido (PT-RJ). O senador também estranhou a insistência do governo em descumprir determinação judicial, favorável à reintegração dos trabalhadores.

Segundo o senador, o ministro da Saúde, José Serra, teria argumentado que, em cumprimento às normas do Sistema Único de Saúde (SUS), a verba destinada ao controle de endemias deveria ser destinada exclusivamente às prefeituras, deixando para o estado e para a União a responsabilidade pelo controle “genérico”.

Geraldo Cândido relatou que os trabalhadores conseguiram em agosto passado, através da Procuradoria Geral da República, numa ação civil pública, liminar de reintegração, “nunca cumprida pelo Ministério da Saúde”.

— O processo se arrastou até o início deste ano, com a União usando e abusando de penduricalhos jurídicos para adiar a decisão de retorno dos mata-mosquitos ao trabalho — reclamou o senador pelo Rio de Janeiro.

Geraldo Cândido acrescentou que, a pedido do próprio ministro



Geraldo Cândido lamentou que o Ministério da Saúde não tenha cumprido determinação judicial

da Saúde, o presidente da República enviou ao Congresso Nacional uma medida provisória criando um rito de exceção para os casos decididos pelos tribunais federais.

A medida provisória foi usada, de acordo com o senador, pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, exatamente para pedir a rejeição da liminar deferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro.

Na avaliação do senador Geraldo Cândido, Brindeiro não levou em conta o fato de ter sido a seção fluminense da Procuradoria Geral da República a autora da ação. O parlamentar disse ainda que o subprocurador-geral da República, Antônio Fernando Barros, havia corroborado a tese favorável aos trabalhadores, aconselhando a manutenção da liminar.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Luzia Toledo: retomada do programa reduz poluição e gera mais impostos e empregos

Luzia Toledo diz que governo deve reativar o Proálcool

A recente criação do Conselho Interministerial do Alcool (Cima) demonstra, na opinião da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), a intenção do governo de retomar o Proálcool. Na avaliação dela, as consecutivas crises do petróleo que provocaram aumentos no preço do barril levaram o governo a adotar medidas para reativar o setor sucroalcooleiro.

Luzia Toledo elogiou a decisão, afirmando que, com a retomada do Proálcool, haverá uma diminuição da poluição nos grandes centros urbanos, o aumento do número de empregos e da arrecadação de tributos, a fixação do homem no campo e a criação de agroindústrias. O programa do álcool, acrescentou, também deverá contribuir para o progresso do país e a obtenção de lucros para os empresários brasileiros.

— A indústria do álcool é um setor moderno da atividade econômica. Lidando com um produto 100% nacional, a tecnologia industrial canavieira do Brasil é a mais avançada do mundo — observou.

Luzia lembrou que o governo federal já havia perdido o interesse pelo Proálcool, criado em 1975, depois que os participantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) aumentaram a produção e o preço do barril caiu, causando dificuldades para o setor sucroalcooleiro do país.

A senadora citou declarações do vice-presidente do Sindicato da Fabricação de Alcool do Espírito Santo, Antônio Carlos de Freitas, segundo as quais “abandonar um programa de tal nível técnico e de investimentos é um crime contra a economia popular”. Luzia disse ainda que, com a reativação do Proálcool, haverá uma redução da dependência do Brasil com relação à importação do petróleo.

Atualmente, o preço internacional do barril de petróleo é de US\$ 23 e, em recente reunião em Viena, na Áustria, os países produtores decidiram manter a política de redução dos níveis de produção.

Suplicy defende programa de transferência de renda

Para ele, o plano proposto, destinado a garantir melhores condições de vida à população, deve sair junto com aumento do salário mínimo

Citando entrevista do economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, ao jornal *Folha de S. Paulo*, na qual o professor afirma que o governo não pode usar uma eventual crise na Previdência como pretexto para barrar o aumento do salário mínimo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a implantação, junto com a definição do novo mínimo, de um programa de transferência direta de renda para as pessoas cujos rendimentos não alcancem determinado patamar.

Suplicy sugeriu que três quartos do total dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza sejam destinados à transferência direta



Suplicy comemorou a aprovação unânime, na CCJ, do projeto que cria o Fundo Brasil de Cidadania

de renda, por meio de programas de renda mínima. Ele informou que, até antes da Ordem do Dia de ontem, já havia recolhido mais de 35 assinaturas para proposta

de emenda à Constituição de sua autoria com esse objetivo.

Eduardo Suplicy registrou ainda que foi aprovado por unanimidade, na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatório do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) favorável a projeto de sua autoria que permite ao governo a criação do Fundo Brasil de Cidadania, para garantir recursos destinados aos programas de renda mínima.

Em aparte, Álvaro Dias disse que, se o projeto for aprovado no Congresso, representará um importante avanço na busca pela melhor qualidade de vida para as populações mais carentes.



Moreira Mendes: corte na comissão sobre passagens aéreas pode desempregar 440 mil pessoas

Para Moreira, agências de viagem lutam por seus direitos

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez ontem novo relato sobre a luta das agências de viagem contra a decisão de diversas empresas aéreas nacionais e estrangeiras de reduzir em 33% a comissão sobre a venda de passagens. Segundo Moreira, a decisão pode resultar na redução de 40 mil empregos diretos e 400 mil indiretos.

O papel das entidades representativas do setor, como a Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav), a Confederação Nacional do Turismo (CNTur) e outras, foi destacado pelo senador. “Essas entidades respondem por mais de 12 mil empresas empregadoras, das quais 92% são pequenas e médias. Cada uma delas responde por um faturamento bruto médio de R\$ 100 mil ao mês”, explicou.

Moreira disse que os agentes de viagem são responsáveis por 85% do transporte aéreo no Brasil. As empresas aéreas decidiram reduzir suas comissões de 9% para 6% e de 10% para 7%. Além do desemprego, acrescentou, a mudança compromete o recolhimento prévio da taxa de embarque, serviço que é prestado gratuitamente pelos profissionais das agências. Segundo o senador, isso poderia gerar caos nos aeroportos e atrasos nos balcões de atendimento.

No último dia 14, informou o senador, a pedido das agências de viagem do Rio de Janeiro, a Justiça concedeu liminar garantindo a comissão de 9% sobre a venda de bilhetes aéreos internacionais e de 10% para os nacionais. “Mas, se ainda não podemos contar com um céu de brigadeiro, o sol já começa a brilhar por entre as nuvens agourentas. Essa decisão afasta, por enquanto, a perda de 10 mil empregos”, afirmou.

Ele disse ainda que a Transbrasil rompeu acordo que havia feito com a Varig e a TAM, retornando as comissões aos percentuais anteriores. Mencionou também a homenagem prestada pelos agentes de viagem ao empresário Wagner Canhedo, presidente da Vasp, “a única empresa aérea nacional que aumentou o comissionamento, para 13%”.

Eduardo Siqueira Campos cobra fortalecimento dos municípios

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou a necessidade de fortalecimento dos municípios brasileiros, como forma de estabelecer maior transparência na administração pública e possibilitar aos cidadãos melhores condições de assistência social.

Tratar dos problemas no próprio município é não só uma forma de reconhecer a



Eduardo: faltam recursos para pagar dívidas com o INSS

importância do gerenciamento local, como evita o inchaço nas grandes metrópoles, destacou o parlamentar.

A Constituição concede aos municípios autonomia e os define como parte indissolúvel da União. Mas a transferência de atribuições cada vez maiores, sem o devido repasse de recursos financeiros, tem prejudicado a administração municipal, ob-

servou o senador.

Ele apontou a Lei Kandir como exemplo de medida que traz prejuízos aos governos municipais, ao diminuir suas receitas tributárias.

O senador lembrou que durante a 5ª Conferência dos Governadores Brasileiros, realizada em Curitiba, foi elaborado um documento para ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, relatando as dificuldades dos municípios em pagarem suas dívidas com o INSS. O governo federal retém recursos de até 15% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), segundo Célio Pinheiro de Oliveira, secretário da Associação Tocantinense de Municípios, citado pelo senador.

Juvêncio critica nomeação de superintendente do Incra

“Já não se fala mais que o governo não quer fazer a reforma agrária. Agora, fala-se de sucateamento do Incra”, afirmou ontem o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), ao condenar a decisão do instituto de extinguir vários cargos importantes na superintendência de Mato Grosso do Sul, inclusive chefes de finanças em alguns municípios. “Argumenta-se que o objetivo é enxugar a máquina administrativa, mas no fundo há um sucateamento”, protestou.

Dizendo que seu estado enfrenta dezenas de casos de invasão de fazendas, Juvêncio da Fonseca questionou a indicação de Petrus Emile Abi Abid para o cargo de superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul. Em apar-

te, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que Petrus Abid “foi parcial ao assumir a defesa de quem invadia terras no Paraná”.

O senador por Mato Grosso do Sul leu carta enviada pelo chefe do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte da Embrapa que menciona a invasão, pelos sem-terra, de fazenda destinada à pesquisa agropecuária. Arlindo Porto (PTB-MG) disse que a invasão ocorreu no último dia 20 e até agora as autoridades nada fizeram para devolver as terras à Embrapa.

De acordo com Juvêncio da Fonseca, em menos de dois meses houve oito invasões de fazendas no seu estado, depois de 112 casos em 1999.



Juvêncio: nomeação pode agravar os conflitos no estado

Além disso, há 20 determinações judiciais de reintegração de posse não cumpridas, para ele, um sinal de que o país “vive um momento de desobediência civil”. O senador afirmou que “os conflitos vêm ocorrendo por total falta de sensibilidade do governo federal” e acrescentou que “a situação pode piorar com a extinção de cargos importantes do Incra e a indicação de um superintendente com antecedentes que o ligam a um acirramento de conflitos”.